



RELISE

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREENDEDORISMO PARA JOVENS NEGROS¹

CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN THE ARTICULATION BETWEEN EMPLOYMENT AND INCOME POLICIES, VOCATIONAL EDUCATION AND ENTREPRENEURSHIP FOR YOUNG BLACK PEOPLE

Júnior Tomaz de Souza²

As discussões sobre a revogação do novo Ensino Médio no início de 2023 não reabriram apenas o campo da agenda das políticas públicas de educação, mas também de trabalho, especialmente para os jovens, um dos segmentos interessados em políticas de emprego que mais carece do olhar do Estado. Nesse contexto, se retomou também o debate sobre políticas consideradas ora exitosas ora contraditórias por especialistas (a exemplo do Projovem, PRONATEC, Jovem Aprendiz, etc.) quanto a sua eficácia.

O contexto não descarta também a possibilidade do empreendedorismo jovem. Pensar o empreendedorismo para a juventude negra é pensar em pelo menos três recortes importantes que tornam o tema ainda mais desafiante. Primeiro, o fato de ser voltado para o jovem, um público que evidencia certa complexidade quando pensamos estratégias de emprego e renda. Segundo, por se tratar da população negra, que, nos indicadores sociais, ainda aparece como uma das menos privilegiadas no mercado de trabalho, em razão do racismo em todas as suas formas, mas especialmente o estrutural. Por último, é preciso considerar que a experiência racial comporta uma dimensão cultural importante que precisa ser levada em conta quando pensamos o tipo de empreendedorismo

¹ DOI: doi.org/10.5281/zenodo.12737265

² Universidade Federal do Paraná. jutoso2001@yahoo.com.br



RELISE

2

que pode ter maior aceitação com esta população. Nesse sentido, seria interessante pensar um tipo de educação empreendedora ou estratégia empreendedora que contemple um universo de necessidades e visão de mundo próprio da população negra.

BREVES NOTAS SOBRE POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA

A temática das políticas públicas geralmente envolve o estudo sobre teorias do Estado na sua concepção histórica, sociológica, econômica, política e, conseqüentemente, nas questões concernentes à administração e gestão social de demandas coletivas. Destaca-se ainda a dinâmica de segmentos, grupos ou classes sociais diante de suas necessidades e os conflitos de interesse que vão surgir no contexto de suas lutas.

As questões em torno da intersecção entre as políticas públicas e o contexto do trabalho implicam basicamente em: como gerar emprego, garantir renda e como implementar políticas de respeito aos direitos do trabalhador. Geralmente, compreendemos as políticas públicas para o trabalhador como parte de uma política maior, que seria a política de trabalho e renda. Esta, por sua vez, estaria ligada a outras ainda mais amplas, que são as macroeconômicas. Quando o foco está nas condições do trabalhador, estaremos falando então de bem-estar social, saúde, portanto, tais políticas irão se interseccionar com as de assistência, saúde, previdência e educação.

Tanto a geração de emprego quanto o cuidado com o trabalhador numa sociedade capitalista inerente a crises, luta de classes, disputa de hegemonias econômicas, impactada pelo debate sobre direitos humanos, qualificação para o trabalho e mudanças no cenário das profissões se torna um debate complexo e de difícil solução quando pensamos em políticas exitosas.

Cabe enfatizar uma vez mais que as políticas de emprego e renda têm relação com o contexto das economias capitalistas, considerando a



RELISE

regulamentação dos mercados, a complexidade de aspectos como produtividade, salário, força de trabalho, relações de trabalho, bem-estar social, qualificação e a forma como eles se articulam. Elas estariam relacionadas também a um âmbito maior, que são as políticas macroeconômicas (POCHMANN, 1999). O quadro 1 sintetiza as características das políticas de emprego.

Quadro 1 - Características das Políticas de Emprego

Políticas de emprego	Conteúdo
Ativas	Representam um conjunto de medidas direcionadas à elevação da quantidade de postos de trabalho, principalmente as medidas que atuam sobre os fatores determinantes da demanda da mão-de-obra, como a expansão das atividades econômicas que usam mais intensamente o trabalho. Medidas: redução da carga fiscal, elevação do crédito, aumento do gasto público, direcionamento do orçamento público para maior ocupação, subvenção no custo do trabalho e da produção, ampliação de programas sociais, complementação de renda, melhor distribuição da propriedade fundiária, abertura de cooperativas de trabalho, estímulo à exportação e contenção das importações, aumento do emprego público (gastos sociais), frentes de trabalho urbano e rural, pré-aposentadorias e ações para segmentos específicos do mercado de trabalho (deficientes, jovens, mulheres), entre outros.
Compensatórias	São as ações que objetivam impedir a redução do nível de emprego e favorecer o tratamento social dos que não possuem um emprego. Medidas: preparação da mão-de-obra para os requisitos profissionais, a intermediação da mão-de-obra, a garantia de renda básica de sobrevivência, a ampliação da idade mínima para o jovem ingressar no mercado de trabalho, a diminuição dos limites de aposentadoria, os adicionais para o ato de rompimento do contrato de trabalho, a restrição à mobilidade ocupacional regional, entre outras.

Fonte: Pochmann, 1999, p. 115

Observa-se, portanto, que a discussão sobre os problemas e demandas do mundo do trabalho se confunde com as complexidades e contradições do capitalismo na sua fase neoliberal. No âmbito do trabalho, Chauí (2013, p. 125) assim descreve, entre outras, as características do neoliberalismo:

O desemprego torna-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão, que se realiza não só pela introdução ilimitada de tecnologias de automação, mas também pela velocidade da



RELISE

4

rotatividade da mão de obra, que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos, das organizações e movimentos populares e o aumento da pobreza absoluta.

É neste contexto que se potencializa uma cultura nas discussões sobre as saídas para o problema do trabalho e renda: o empreendedorismo.

BREVES NOTAS SOBRE O EMPREENDEDORISMO

Entre as críticas mais recentes ao empreendedorismo é que só mais recentemente ele passou a ser associado a uma característica individual. No início do debate em torno do tema existia a ideia de empreendedorismo mais corporativo ou intra-empreendedorismo, geralmente, como algo que gerava confusão entre o conceito de empreendedor e pequeno empresário. A associação entre empreendedorismo e a ideia de um trabalhador desempregado que opta por empreender ou a ideia de que há no mercado de trabalho espaço para todo mundo que empreende só foi estar mais presente no discurso do trabalho mais recentemente. Isso não significa dizer, evidentemente, que não há problemas com a cultura do empreendedorismo enquanto prática, ideologia ou saída para a política de renda e emprego.

Uma compreensão bastante aceita sobre o empreendedorismo, tanto entre seus críticos quanto entre seus entusiastas, é que existem empreendedores por necessidade e de oportunidade. Entre outros aspectos, enquanto os primeiros "optam" pelo empreendedorismo como uma saída para a crise de emprego e renda, os segundos o fazem movidos pela visão de negócios e possibilidade de contribuírem com o desenvolvimento social e a inovação. No caso do campo aqui descrito neste ensaio, talvez grande parte dos jovens negros que empreendem evidenciem as duas características.

Para Bernardi (2003), existem muitas características que definem o perfil típico de uma personalidade empreendedora, tais como senso de oportunidade,



RELISE

5

dominância, autoconfiança, otimismo, dinamismo, persistência, independência, criatividade, liderança carismática, habilidade de relacionamento e flexibilidade e resistência a frustrações. Observa-se nesta lista que são competências cognitivas, técnicas, teóricas, mas também psicológicas e de comunicação ou relacionamentos interpessoais. Dornelas (2017, p. 31) indica, entre as características requeridas de um empreendedor, que elas podem ser classificadas em três áreas: técnicas, gerenciais e pessoais:

As habilidades técnicas envolvem saber escrever, saber ouvir as pessoas e captar informações, ser um bom orador, ser organizado, saber liderar e trabalhar em equipe e possuir know-how técnico na área de atuação. As habilidades gerenciais incluem as áreas envolvidas na criação, desenvolvimento e gerenciamento de uma nova empresa: marketing, administração, finanças, operacional, produção, tomada de decisão, controle de ação da empresa e ser um bom negociador. Algumas características pessoais incluem ser disciplinado, assumir riscos, ser inovador, ser orientado a mudanças, ser persistente e ser um líder visionário.

Percebe-se que essas habilidades nos ajudam a pensar o próprio conceito do que seria um empreendedor. A esse respeito, Peters e Shepherd (2009) destacam que “fica mais refinado quando são considerados princípios e termos em uma perspectiva empresarial, administrativa e pessoal”. Embora o último prisma tenha sido explorado mais recentemente, hoje os três continuam presentes na composição da compreensão da palavra.

Percebemos ainda que estas características parece ser identificadas a partir das próprias ideias sobre as origens do pensamento empreendedor ou das teorias sobre o empreendedorismo, que, conforme vemos em Chiavenato (2008) e Hashimoto (2010), estariam ancoradas em um conjunto de visão dos economistas, behavioristas e da escola dos traços de personalidade.

Entre as origens da experiência empreendedora, Bernardi (2003) coloca que pode se dar a partir de algumas condições, tais como: o empreendedor nato, o herdeiro, o funcionário da empresa, excelentes técnicos, vendedores, opção de desemprego, desenvolvimento paralelo ou aposentadoria. Dornelas (2007),



RELISE

por sua vez, identifica alguns tipos de empreendedores que também podem ser relacionados às condições nas quais elas se dão: o empreendedor nato (mitológico), o empreendedor que aprende (inesperado), o empreendedor serial (que cria negócios novos), o empreendedor corporativo, o empreendedor social, o empreendedor por necessidade, o empreendedor herdeiro (sucessão familiar) e o empreendedor “normal” (planejado).

Uma ideia forte em torno do empreendedorismo é que ele seria a capacidade de transformar ideias em negócios (DORNELAS, 2017). E como se identifica uma oportunidade para empreender? Um primeiro ponto, conforme Dornelas (2017), é diferenciar ideia de oportunidade. Importa muito mais como o aspirante irá utilizar a ideia, em como identifica uma oportunidade para colocá-la em prática, se consegue, inclusive, visualizar o campo fértil dessa ideia. Portanto, seria necessário considerarmos uma ideia certa no tempo certo. Levar em consideração a experiência no ramo também seria um forte diferencial.

O empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. Com esse arsenal, transforma ideias em realidade, para benefício próprio e para benefício da comunidade. Por ter criatividade e um alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança, aspectos que, combinados adequadamente, o habilitam a transformar uma ideia simples e mal-estruturada em algo concreto e bem-sucedido no mercado (CHIAVENATO, 2008, p. 7).

Poderíamos dizer que algo que define o empreendedor é sua capacidade para lidar com um mundo complexo, rápido, dinâmico, um mundo do conhecimento, das exigências de mercado. Não por acaso alguns autores, como Peters e Shepherd (2009), chegam a descrever a mentalidade do empreendedor com certas habilidades extraordinárias, como por exemplo, a capacidade de tomar decisões em contextos de pressão e tempo limitado, fazer investimento emocional, lidar com ambientes altamente inseguros e de risco.

Para Dornelas (2017, p. 29), o empreendedorismo deve ser pensado não apenas como um negócio funcionando, mas todo o processo que dá ensejo a



RELISE

ele. Nesse sentido, o termo pode ser definido como sendo o “[...] envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades. A perfeita implementação dessas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso”. Por isso interessa tanto no estudo do tema entender como se dão nos mais diversos setores e interesses sociais a construção desse processo e como, inclusive, empreender se tornou um assunto associado à área da educação profissional.

Nem todo empresário é empreendedor e, para ser empreendedor, não é preciso ser empresário. Isso significa dizer que, embora haja características do mundo empresarial no fenômeno do empreendedorismo, eles não são exatamente a mesma coisa. Isso também amplia a noção do que é ser empreendedor na própria literatura que trata do tema (DORNELAS, 2007).

Para Dornelas (2008), o empreendedorismo de oportunidades está relacionado com o desenvolvimento econômico. Países que exploram significativamente a experiência do empreendedorismo não apenas como uma forma de negócio para lucro pessoal, mas como uma forma de inovação empresarial, criação de tecnologias, riqueza e conhecimento tendem a obter vantagens importantes para seu processo de desenvolvimento.

O empreendedor social tem como missão de vida construir um mundo melhor para as pessoas. Envolve-se em causas humanitárias com comprometimento singular. Tem um desejo imenso de mudar o mundo criando oportunidades para aqueles que não tem acesso a elas. Suas características são similares às dos demais empreendedores, mas a diferença é que se realizam vendo seus projetos trazerem resultados para os outros e não para si próprios. Os empreendedores sociais são um fenômeno mundial e, principalmente, em países em desenvolvimento, como o Brasil, têm um papel social extremamente importante, já que através de suas ações e das organizações que criam preenchem lacunas deixadas pelo poder público. De todos os tipos de empreendedores, é o único que não busca desenvolver um patrimônio financeiro, ou seja, não tem como um de seus objetivos ganhar dinheiro. Prefere compartilhar seus recursos e contribuir para o desenvolvimento das pessoas (DORNELAS, 2007, p. 14).



RELISE

Alguns autores, a exemplo de Moraes (2013) e Dolabela (2009), colocam a questão do empreendedorismo como uma tendência de prática para a vida no trabalho, independente do profissional estar com um projeto empreendedor. Ou seja, nesse sentido, o empreendedorismo seria entendido como uma forma de ver o mundo e de fazer as coisas, que deveria ser aplicado por trabalhadores e por empresas.

Para Razzolini Filho (2012), o empreendedorismo responde a megatendências do mercado de trabalho, tais como a globalização, a inovação tecnológica, o comércio eletrônico e a do homem enquanto trabalhador do conhecimento. Todas essas tendências não seriam apenas campo fértil para o empreendedorismo, como tornariam ele imprescindível para a atuação no mundo do trabalho e dos negócios. Gostaria de destacar aqui a última tendência, que parece responder em parte pelo cenário em que temos trabalhadores atuando até mesmo na consultoria de produção acadêmica em ambientes mais flexibilizados:

O trabalhador do conhecimento se sente atraído por situações novas, desafiadoras e não repetitivas. Além disso, o conhecimento desse trabalhador é compartilhado em redes e suas relações não se restringem às subordinações hierárquicas tradicionais. São relações muito mais amplas, fruto da multiplicidade dos contatos possibilitados pelas redes sociais. Esse trabalhador possui a competência de gerenciar sua própria carreira, sem depender da empresa ou de estímulos de outras pessoas, uma vez que precisa estar sempre preparado para acompanhar as constantes mudanças que acontecem nas organizações e nos mercados. Essa capacidade de "gerir a si próprio" que acompanha o trabalhador do conhecimento é o fator que acaba por aproximá-lo do empreendedor, uma vez que ambos (trabalhador do conhecimento e empreendedor) devem ser capazes de gerenciar suas próprias vidas (careiras) profissionais e pessoais (RAZZOLINI FILHO, 2012, p. 25).

Algo interessante que a experiência empreendedora pode produzir para o empreendedor é que, considerando a liberdade inerente ao empreendedorismo, seu negócio ou empreendimento é espaço expressivo para ele (GIMENEZ, 2015). Isso é um ponto interessante, dado o fato de que o modelo



RELISE

de trabalho que temos hoje, e que era tendência até alguns anos atrás, parecia produzir uma espécie de padronização no modo de pensar e fazer as coisas.

É importante destacar ainda que a ampliação dos estudos sobre o empreendedorismo foi importante no sentido de apontar para outras possibilidades de analisar o termo, desde o empreendedorismo pensado enquanto algo relacionado com o campo empresarial ou mesmo presente dentro da empresa. A partir daí foram surgindo outras possibilidades de relação entre empreendedorismo e trabalho, empreendedorismo numa perspectiva de geração de emprego e renda para populações carentes, empreendedorismo e questão racial, empreendedorismo e questão de gênero, empreendedorismo e questão ambiental, empreendedorismo e inovação tecnológica. Percebe-se que temos hoje uma perspectiva bastante ampliada do tema que permite pensá-lo não só do ponto de vista teórico como também do ponto de vista da sua aplicação na realidade social.

A resistência à palavra empreendedorismo é que ele geralmente está associado ao ambiente econômico empresarial privado. Mais recentemente é que alguns autores, a exemplo dos citados neste ensaio, têm evidenciado a importância de dar a ele uma outra conotação conceitual e de aplicação real, até mesmo em razão das práticas que têm sido evidenciadas sobre ele. Nesse sentido, passa a ser um fenômeno social e, entendido como tal, o empreendedor, bem como sua importância e impacto de sua ação, também ganha status de transformação social. Isso foi possível a partir do reconhecimento do empreendedorismo em perspectiva política por mobilizar atores sociais com propósitos mais políticos, coletivistas e construcionistas, que agem sobre demandas/problemas sociais, tais como trabalho colaborativo (cooperativas, por exemplo), meio ambiente, economia solidária, questão racial, educação, cultura, juventude, direito à informação, etc.



RELISE

10

Evidentemente, em todos os contextos em que esta palavra puder ser usada estarão em evidência suas contradições e conflitos. No contexto empresarial ainda há uma confusão sobre gestão e empreendedorismo ou sobre a identidade de um empresário e um empreendedor, além, claro, das condições reais para empreender. No setor público, conforme Sousa e Paiva Jr. (2012), o empreendedorismo ainda está atrelado a conceitos de intraempreendedorismo e empreendedorismo institucional e desafia o sujeito que empreende na construção de redes sociais colaborativas para solução de problemas diante de um Estado burocrático na sua relação com a sociedade.

Chér (2008) lembra que até a década de 80 não havia um incentivo ao empreendedorismo, também não se admirava a biografia de empreendedores ou empresários brasileiros, por exemplo. E que essa mudança se deu a partir da década de 1990, quando livros, cursos e palestras voltadas para o tema tiraram o empreendedor da marginalidade. Destaca ainda algumas instituições que foram importantes para isso, como o Instituto Empreender Endeavor e o Sebrae.

Sobre a educação empreendedora em nível superior existe um conjunto de discussões interessantes sobre o tema (LIMA et al, 2014; LOPES, 2017; CHAGAS, 2000). Mas é importante pensarmos em como criar uma cultura sobre esse debate desde a educação escolar. A esse propósito, para Dolabela (2009), uma educação empreendedora tem a tarefa não de educar para simplesmente fazer girar a roda da produtividade, mas para inovar e gerar novas tecnologias. Ademais, deveria focar na ideia de um novo tipo de trabalhador, o trabalhador criativo e autônomo, com visão transformadora da sociedade, habilidades comunicativas, interpessoais, que pensam a coletividade e os ecossistemas.



RELISE

11

JUVENTUDE NEGRA, UMA CATEGORIA GERACIONAL E IDENTITÁRIA EM BUSCA DE UM LUGAR NO MUNDO

Geralmente, se ouve do senso comum que a geração de jovens tem demorado muito tempo para amadurecer, tem pouca inclinação para o trabalho ou pouco senso de responsabilidade. Parece uma afirmação leviana, mas tem algum sentido. É preciso dizer também que isso está muito ligado às crises e contradições do mundo capitalista, à migração das pessoas do campo para a cidade, à ascensão da pobreza para classe média, entre outros aspectos que evidenciaram nas últimas décadas, um mal-estar diante de novos modos de se fazer a "gestão" da vida adulta.

Na contemporaneidade, ainda há um imperativo de que é preciso um curso superior para se inserir no mercado de trabalho. Até algumas décadas os filhos das classes pobres seguiam os passos dos pais, cresciam sabendo, por exemplo, que iam reproduzir a mesma profissão. Os pais inseriam os filhos no trabalho desde a infância. Não havia lei trabalhista ou direitos de proteção à criança e ao adolescente que coibissem práticas comuns de trabalho infanto-juvenil. As meninas não sonhavam ser advogadas, nem os meninos médicos ou engenheiros. Não existia outro mundo possível. Por isso muitos deles chegavam à vida adulta convictos e em paz com o que tinham se tornado.

Portanto, pode-se afirmar que havia um problema com o "mundo do trabalho" do jovem no passado (possibilidades reduzidas) e ele continua no presente, ora porque existem muitas alternativas que geram incertezas, ora porque algumas das opções desejadas ainda não estão disponíveis para todos. O fato é que muitos jovens da atualidade passam muito tempo se preparando para o mundo do trabalho ou possuem poucas oportunidades. Diante deste contexto, o cenário brasileiro pode ser apontado como sensível a esta realidade.



RELISE

12

Buscando uma intersecção entre o campo das políticas de trabalho, emprego e renda, as políticas para juventude e aquelas voltadas para as demandas raciais pode-se identificar algumas ações expostas no quadro 2.

Quadro 2 - Políticas de Juventude, Trabalho e Profissionalização

Ano	Lei	Política
2021	962/2021	Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA Integrada)
2020	2558/2020	Programa Horizontes
2015	8537/2015	Programa Identidade Jovem
2013	12852/2013	Política para a Juventude (Estatuto da Juventude)
2008	6629/2008	Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo
2005	11129/2005	Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)
1993	8642/1993	Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica)
1990	8069	Estatuto da Criança e do Adolescente
		Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ)

Fonte: Catálogo de Políticas Públicas (IPEA, 2022)

Uma pesquisa denominada Afroempreendedorismo Brasil (2023, p. 3), realizada pelo Movimento Black Money apontou que "o afroempreendedorismo é, em sua maioria, feminino, solitário e está fortemente ligado ao comércio, à comunicação e à indústria de cuidados".

Na pesquisa, 98,6% dos entrevistados "acredita que o conceito de *black money* é uma solução que deveria ser explorada nos desafios do empreendedor. A construção de um ecossistema negro e o consumo intracomunidade - #blackmoney - é defendido como um dos principais catalisadores para ascensão dos negócios da comunidade negra" (AFROEMPREENDEDORISMO, 2023, p. 23). A pesquisa apontou, quanto ao panorama de idade dos empreendedores negros, que 5,8% têm de 18 a 24 anos e 35,8% têm de 25 a 34 anos (AFROEMPREENDEDORISMO, 2023).

Observa-se que as políticas descritas no quadro 3 contemplam um conjunto de áreas, podendo envolver, inclusive, o contexto do trabalho:

Políticas públicas de igualdade racial envolvem ações voltadas à correção de injustiças históricas, fomento ao desenvolvimento de populações tradicionais e quilombolas, ações afirmativas, combate ao racismo e enfrentamento das desigualdades raciais. São políticas de



RELISE

natureza transversal e é esperado que existam ações em todas as áreas de governo, como agropecuária, trabalho, educação, orçamento, desenvolvimento econômico, além do órgão designado para tratar especificamente das Políticas de Igualdade Racial (IPEA, 2022, n. p.).

Quadro 3 - Políticas de Igualdade Racial

Ano	Lei	Política
2022	2467/2022	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
2018	4384/2018	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani
2014	12.990	Política de Cotas Raciais (Lei de Acesso a Concursos Públicos)
2012		Programa de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial
2012	12711	Política de Cotas Raciais (Lei de Acesso às Universidades)
2010	12288	Estatuto da Igualdade Racial
2009	992/2009	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
2007	6261/2007	Programa Brasil Quilombola
2007	6040/2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
2005	Não se aplica	Brasil Afroatitudo - programa integrado de ações afirmativas para universitários negros
2005	11096/2005	Programa Universidade para Todos (PROUNI)
2003	4.886/2003	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)
2002		Programa Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia
2022	10558/2002	Programa Diversidade na Universidade
2002	4228	Programa Nacional de Ações Afirmativas

Fonte: Catálogo de Políticas Públicas (IPEA, 2022)

Existe um conjunto amplo de plataformas nas redes sociais que tratam justamente de uma perspectiva empreendedora digital para população preta (@movimentoblackmoney, @mercadoblackmoney). E não é só uma perspectiva de empoderamento por meio dos movimentos sociais raciais, mas são negócios para comunidade preta, propostas de empoderamento que passa pela questão da promoção de trabalho e renda para a população preta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica ao empreendedorismo negro não pode ser vista apenas como uma forma de empurrar trabalho precarizado para os negros, mas também pela dificuldade em fazer com que pessoas negras acreditem que seja possível competirem efetivamente na venda de algum tipo de produto ou serviço.



RELISE

A ideia de que negro só pode estar no serviço público, dependendo de políticas de transferência de renda ou na condição de trabalhador assalariado também é uma forma de reproduzir a subalternidade. Se, por um lado empreender entre os negros pode esconder uma lógica neoliberal, repudiá-lo completamente pode reproduzir a lógica da negação de habilidades, inclusão profissional e oportunidades.

A saída seria pensar um outro tipo de empreendedorismo negro, o *black money*, redes de solidariedade, economia solidária, empreendedorismo social e empreendedorismo preto.

REFERÊNCIAS

AFROEMPREENDEDORISMO BRASIL. Movimento Black Money; RD Station, 2023. Disponível em: <https://movimentoblackmoney.rds.land/pesquisa-afroempreendedores-brasil>

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de Empreendedorismo e Gestão:** fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003.

CHAGAS, Fernando Celso Dolabela. O Ensino de Empreendedorismo: panorama brasileiro. In: CNI/IEL. **Empreendedorismo:** ciência, técnica e arte. Brasília: CNI/IEL Nacional, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. (org.). **Lula e Dilma:** 12 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. Disponível em: https://biblioteca.flacso.org.br/files/2015/03/10_ANOS_GOVERNOS.pdf

CHÉR, Rogério. **Empreendedorismo na veia:** um aprendizado constante. Rio de Janeiro: Elsevier, Sebrae, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor. 2. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

DOLABELA, Fernando. **Quero construir a minha história.** Rio de Janeiro: Sextante, 2009.



RELISE

15

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2. ed. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 7. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 6. ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2017.

GIMENEZ, Fernando Antonio Prado. **Empreendedorismo, sustentabilidade e a vida de professor**: prosa e poesia. Curitiba: Edição do Autor, 2015.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: 2010.

IPEA. **Catálogo de Políticas Públicas**. Área Temática: Igualdade Racial. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/area-tematica/32/igualdade-racial>

LIMA, Edmilson et al. **Brasil**: em busca de uma educação superior em empreendedorismo de qualidade. In: GIMENEZ, Fernando Antonio Prado et al (orgs.). Educação para o empreendedorismo. Curitiba: Agência de Inovação da UFPR, 2014.

LOPES, Rose Mary Almeida (org.). **Ensino de Empreendedorismo no Brasil**: panorama, tendências e melhores práticas. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

MORAIS, Roberto Souza de. **O profissional do futuro**: uma visão empreendedora. Barueri: Manole, 2013.

PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. Trad. de Teresa Cristina Felix e Sousa. 7. ed. São Paulo: Bookman, 2009.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUSA, Jefferson Lindberght de; PAIVA JR., Fernando Gomes de. **Empreendedorismo no Setor Público**: a dinâmica da Fundação Joaquim Nabuco. Recife/PE: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2012.